Contratação pública sustentável em instituições de ensino superiores: melhores gastos, mais planejamento?

O objetivo geral desse trabalho visa comparar as quantidades e os gastos relacionados às contratações sustentáveis das Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), dos anos de 2011 até 2016, com seus respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) vigentes em 2015. A pesquisa quanto aos objetivos, é enquadrada como descritiva, em relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Utilizou-se de dados disponibilizados pelo Governo Federal e pelas instituições estudadas, buscados por meio de levantamento de dados - Painel (Compranet) – e também análise documental dos PDIs das instituições vigentes em 2015, ou seja, fonte de dados secundárias. A relação inicial conta com 116 instituições, no entanto, foram excluídas aquelas inativas; instituições que não são IES; e IES que não publicaram seu PDI, restando então, 95 instituições a serem analisadas. Como conclusão pode-se afirmar que apesar de todas as instituições de ensino superior estarem obrigadas a publicarem seus PDIs, nos pareceu que isso ocorre para cumprir uma determinação legal, visto que com relação a contratações sustentáveis, das instituições analisadas uma pequena minoria apresenta algo em seus PDIs. Além disso, o estudo permite afirmar não há preocupação com os gastos relacionados a contratações sustentáveis pelas instituições, pois na análise de 5 anos, o percentual das contratações sustentáveis é de 0,03%, enquanto que as não sustentáveis representam um percentual de 99,97%.

Palavras-chave: Licitações Sustentáveis; Contratações Públicas Sustentáveis; Plano de Desenvolvimento Institucional; IES Públicas Federais.

Sustainable public recruitment: better expenditure, more planning?

The general objective of this study is to compare the amounts and expenditures related to the sustainable contracting of Higher Education Institutes (HEIs) linked to the Ministry of Education (MEC), from 2011 to 2016, with their respective Institutional Development Plans (IDPs) effective in 2015. The research on the objectives, is classified as descriptive, in relation to the approach of the problem, the research is qualitative. Data from the Federal Government and the studied institutions were searched through data collection - Panel (Compranet) - as well as documentary analysis of the IDPs of the institutions in force in 2015, that is, a secondary data source. The initial relationship has 116 institutions, however, those inactive were excluded; institutions that are not HEIs; and HEIs that did not publish their PDI, leaving 95 institutions to be analyzed. In conclusion, although all higher education institutions are obliged to publish their IDPs, it seems to us that this is done in order to comply with a legal determination, since with regard to sustainable hiring, of the analyzed institutions a small minority presents something in their IDPs. In addition, the study does not have a concern with the expenses related to sustainable hirings by institutions, because in the analysis of 5 years, the percentage of sustainable hirings of 0.03%, while it is not sustainable represent a percentage of 99.97.

Keywords: Sustainable Biddings; Sustainable Public Procurement; Institutional Development Plan; Federal Public HEIs.

Topic: **Gestão Pública**

Received: **17/10/2017**

Approved: **18/12/2017**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Luan Lopes Cardoso

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0026431489979576>
luanlopescardoso@yahoo.com.br

Erves Ducati

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4141753455940776>
erves58@gmail.com

Rogério João Lunkes

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6241003358183170>
rogeriolunkes@hotmail.com

Elisete Dahmer Pfitscher

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3632841499750434>
elisete.pfitscher@gmail.com

DOI: 10.6008/SPC2179-684X.2017.003.0011

Referencing this:

CARDOSO, L. L.; DUCATI, E.; LUNKES, R. J.; PFITSCHER, E. D..
Contratação pública sustentável em instituições de ensino superiores:
melhores gastos, mais planejamento?. **Revista Brasileira de
Administração Científica**, v.8, n.3, p.135-145, 2017. DOI:
<http://doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2017.003.0011>

INTRODUÇÃO

A crise econômica vem afetando o país com maior extensão territorial da América Latina. O Produto Interno Bruto brasileiro, em 2015, recuou 3,8% em relação a 2014, de acordo com dados do IBGE. Essa queda afeta também as contas públicas e obriga os estados da federação a realizar ajustes em suas contas: aumentar receita e reduzir gasto.

Nesse sentido, o governo brasileiro precisa de planejamento para que o recurso governamental seja melhor aproveitado e, assim, não tenha que recorrer ao bolso do contribuinte. Nessa linha, o governo precisa gastar menos e com mais qualidade. Desse modo, dada a dimensão dos contratos públicos, as licitações possuem a capacidade de beneficiar a sociedade, tanto diretamente, como incentivando atividades como a gestão de licitações sustentáveis no setor privado (MCCRUDEN, 2004). Por isso, precisa-se de efetividade nas iniciativas governamentais sustentáveis.

No Brasil, a legislação que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências” é a Lei nº8.666/1993 (BRASIL, 1993). Essa lei ordinária teve seu art. 3º alterado duas vezes no ano de 2010. A primeira alteração foi pela Medida Provisória nº495/2010 (BRASIL, 2010) que complementou o artigo afirmando que a licitação visa garantir também “a promoção do desenvolvimento nacional”. A segunda alteração - Lei nº 12.349/2010 (BRASIL, 2010) - adicionou mais um termo garantindo, então, “a promoção do desenvolvimento nacional sustentável”. Logo, o setor público visa a implantação de medidas sustentáveis em suas atividades.

Além disso, a CF/88 afirma, no caput do art. 37, que a administração pública precisa respeitar o princípio da publicidade. Assim, mais do que planejar e praticar ações sustentáveis, as entidades precisam divulgá-las à população. A Administração Pública Federal (APF) fornece informações quantitativas e qualitativas das instituições que compõem o Sistema Integrado de Serviços Gerais (SISG) por meio do Comprasnet. Cardoso et al. (2016) constatou que, dentre essas instituições, o MEC é quem mais gasta e realiza contratações e também contratações sustentáveis.

Esse órgão, vinculado ao Poder Executivo Federal, é responsável pela educação brasileira. Por meio das instituições de ensino a ele vinculadas, são formados diversos profissionais que atuarão nos mais variados setores da economia. Esses profissionais precisam egressar dessas instituições com uma consciência sustentável formada para que seja possível implementá-las em sua rotina profissional.

Assim, as IESs devem prezar pelo uso de recursos sustentáveis e adoção de práticas sustentáveis, inclusive em suas contratações, para contribuir com desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, este trabalho visa comparar as quantidades e os gastos relacionados às contratações sustentáveis das IES vinculadas ao MEC, dos anos de 2011 até 2016, com seus respectivos PDIs vigentes em 2015.

REVISÃO TEÓRICO

Plano de Desenvolvimento Institucional em Instituições de Ensino Superior

Aqui discorre-se sobre o PDI, sua definição, instituições que o apresentam e sua relação com o SINAES. Na sequência, realiza-se a revisão sobre compras públicas sustentáveis, sua conceituação, critérios de compras, entre outros assuntos. Segundo o MEC, o PDI é ‘um documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos’. A proposição é que o PDI tenha vigência de 5 anos, contemplando um cronograma e metodologia para implantar os objetivos, metas e ações do plano. O PDI deve ser coerente e articulado com as ações, mantendo os padrões de qualidade e os orçamentos. Também deve estar articulado com as práticas e os resultados da avaliação institucional, tanto no processo auto avaliativo interno como externo.

Os dados e informações que devem constar do PDI, segundo o MEC, organizam-se em três níveis: dimensões, categorias de análise e indicadores. As dimensões agregam dados e informações em três níveis: organização institucional e pedagógica; corpo docente; e instalações. As categorias de análise também se desdobram em três níveis, considerando-se as características mais pertinentes em função dos processos futuros de análise e avaliação, e finalmente os Indicadores que representam os desdobramentos das categorias de análise e também se organizam em função da sua proximidade e interdependência.

Em relação a fiscalização, a Lei nº10.861/2004 estabeleceu que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo Correa et al. (2008), o SINAES tem como propósito avaliar a educação superior em caráter de diagnóstico, formativo e regulatório, já que ele dispõe de concepção filosófica e pedagógica das práticas acadêmicas, e também dispõe de um sistema de avaliação e de um plano de acompanhamento para a concretização de sua missão, objetivos e metas.

Um dos eixos do SINAES corresponde a avaliação das instituições, com o objetivo de verificar como as IES são constituídas, sua capacidade de atendimento à comunidade acadêmica, incluso o processo de autoavaliação, e nesta etapa que mais se evidencia a relação SINAES e PDI. Segundo Polidori et al. (2006), essa é a primeira etapa na construção de uma cultura de avaliação na instituição, permitindo que as IES se preparem para avaliações externas.

Contratações Públicas Sustentáveis

Para atingir o desenvolvimento focado na sustentabilidade, as pessoas (físicas e jurídicas) precisam realizar aquisições que visem a o bem comum. Por definição, a aquisição sustentável refere-se a práticas de compras, contratação e fornecimento, que enfatizam a sustentabilidade e, desse modo, buscam alcançar resultados sustentáveis (WALKER et al., 2008). Nesse sentido, contratação sustentável é um processo de compra/investimento que leva em conta os impactos econômicos, ambientais e sociais dos gastos da entidade. As aquisições sustentáveis permitem que as organizações satisfaçam as suas necessidades de bens, serviços, obras de construção e serviços de utilidade pública de uma forma que gere valor ao dinheiro quando comparado com o ciclo de vida do objeto contratado, em termos de geração de benefícios não só para a organização, mas também para a sociedade e para a economia (WALKER et al., 2012).

À vista disso, a principal legislação brasileira sobre licitações e contratos públicos, no caput do artigo 3, traz o seguinte texto: 'A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável [...]'. A redação atual do caput desse artigo foi dada pela Lei nº12349/2010. Além desse normativo, para a administração pública realizar um contrato de prestação de serviço ou uma compra em geral, ela precisa seguir outras regras.

A Instrução Normativa (IN) nº 01 de 19 de janeiro de 2010, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é um exemplo disso (BRASIL, 2010). Ela se baseia em outros três normativos legais: Lei nº8666/1993; Lei nº6938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; e a CF/1988. Essa IN 'dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências' e alcança os instituições e entidades da APF direta, autárquica e fundacional e, ainda contratos com recursos da União.

Biderman et al. (2008) afirma que incluir certos requisitos sustentáveis nas licitações podem constituir mudanças no consumo consciente e racional dos recursos. A IN é dividida em quatro capítulos: disposições gerais; obras públicas sustentáveis, visualizável no quadro 01; bens e serviços, conforme se nota no quadro 02; e disposições finais. No primeiro capítulo são abordadas questões sobre as especificações para aquisição de bens, contratação de serviços e obras, porém sem frustrar a competitividade. No capítulo II estão as especificações para que as obras públicas reduzam os impactos ambientais.

Quadro 1: Exigências que reduzem o impacto ambiental nas obras.

Capítulo II – Obras Públicas Sustentáveis
Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados.

O capítulo III menciona critérios sustentáveis que podem ser exigidos pela administração pública nas contratações. O último capítulo afirma, em seu artigo 9º, que 'o portal eletrônico de contratações públicas do Governo Federal - Comprasnet passará a divulgar dados sobre planos e práticas de sustentabilidade ambiental na Administração Pública Federal'. O Comprasnet é de responsabilidade da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), vinculada ao MPOG.

Quadro 2: Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços.

Capítulo III – Bens e Serviços
Bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;
Serviços que usem produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
Serviços que adotem medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

Quatro fatores podem influenciar as contratações sustentáveis, conforme o modelo conceitual elaborado por Gelderman et al. (2006): custo/benefício da implementação da política sustentável; familiaridade com as políticas e regras; disponibilidade/resistência do fornecedor; incentivos/pressões das organizações.

Além desses quatro fatores de influência Brammer et al. (2011) considera que o ambiente político em que as compras ocorrem também influencia as contratações sustentáveis. Por exemplo, as políticas de compras sustentáveis nos Estados Unidos da América (EUA) enfatizam a redução da discriminação para proporcionar igualdade de oportunidades, de acordo com a sua Constituição (MCCRUDDEN, 2004). Ou seja, nos EUA os legisladores objetivam tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades, visando o princípio da isonomia. Nesse sentido, as regras determinadas por cada país podem influenciar no grau de aderência às contratações públicas sustentáveis.

Em relação à realidade brasileira, Garcia et al. (2012) afirma que existem quatro lugares que é possível delimitar a licitação e também as contratações para que ela seja sustentável: definição do objeto; fase de habilitação; julgamento das propostas; e obrigações do contratado. Desse modo, o administrador pode, contanto que embasado tecnicamente, incluir padrões ambientais na determinação do objeto que será contratado. Na fase de habilitação, a inclusão de requisitos ambientais justificada depende da análise de cada situação concreta e também de sua razoabilidade. No julgamento, pode-se primar por propostas que gerem vantagens sustentáveis, gerando maior excelência ambiental.

METODOLOGIA

Enquadramento Metodológico

A seguir apresenta-se o enquadramento metodológico desta pesquisa e também os procedimentos que foram utilizados para atender o objetivo da pesquisa. A metodologia, quanto aos objetivos, é enquadrada como descritiva, que conforme Richardson (2012) tem-se o objetivo de averiguar as características de um elemento específico. Assim, este estudo objetiva descrever as características das contratações públicas realizadas pelas instituições vinculadas ao MEC, segundo o Comprasnet, sendo os dados da pesquisa coletados junto a essas instituições.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa se classifica como qualitativa, uma vez que visa interpretar os dados disponibilizados pelo Governo Federal e pelas instituições estudadas (GRAY, 2012). Para isso, utilizou-se os procedimentos técnicos de levantamento de dados (GRAY, 2012) - por meio do Comprasnet - e também análise documental (GIL, 2008) - pois se analisou os PDIs.

Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo da pesquisa, buscou-se no Comprasnet, as IES da APF vinculados ao MEC que compõem o SISG entre 2011 e 2016. Verificou-se também as instituições em funcionamento em 2016 e quais dessas instituições eram classificadas como uma IES. Feito isso, buscou-se os PDIs vigente em 2015 dessas IES. A relação inicial conta com 116 instituições. Não se utilizou o PDI das IES vigente em 2016, pois algumas tiveram seu prazo de PDI vencido em 2015 não haviam ainda publicado no ano de 2016. Dessa maneira, há três motivos de exclusão de órgãos por não se enquadrar nos elementos dessa pesquisa: instituições inativas; instituições que não são IES; e IES que não publicaram seu PDI.

Identificado as IES objeto do estudo e também seus PDIs, verificou-se características dos planos como, por exemplo, seu tempo de vigência, o início do planejamento vigente em 2015 e o período em que ele se encerra. Em relação aos dados do Comprasnet, analisou-se a quantidade de licitações públicas realizadas no período de 2011 até 2016. Segregou-se as quantidades em dois grupos: sustentáveis e não sustentáveis. Após isso, verificou-se o comportamento da quantidade de licitações, totais e sustentáveis, realizadas no período. O mesmo procedimento realizado para analisar as quantidades de licitações realizadas foi feito para analisar os gastos das IES pesquisadas.

Após isso, verificou-se quais IES se destacavam positivamente em relação às quantidades e ao volume de gastos sustentáveis em cada ano. Com base nisso, verificou-se se essas IES planejavam a contratação pública sustentável em seus PDIs. Para análise dos planos utilizou-se algumas palavras-chave para auxílio das buscas, a fim de identificar as instituições que mais se destacavam em relação às políticas de contratações sustentáveis. As palavras-chave utilizadas foram: licitação(ões); contratação(ões); compra; aquisição(ões); IN 01/2010 – MPOG; Sustentável(is).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentadas as análises dos dados obtidos, conforme apresentado na metodologia da pesquisa. Há registrado no Comprasnet 116 instituições vinculadas ao MEC. Porém, nem todas essas instituições fizeram parte deste estudo. O primeiro motivo (9 instituições) de exclusão foi a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 transformou/integrou alguns Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e também algumas Escolas Agrotécnicas (EA) federais em Institutos Federais (IF). O segundo (4 instituições) foi a caracterização do órgão, ou seja, se ele é uma IES ou não. O terceiro motivo (8 instituições) foi a não apresentação do PDI.

Figura 1: Período de vigência dos PDIs.

Ao todo, excluíram-se 21 instituições, assim, analisou-se 95 instituições. Nesse sentido, todas as instituições restantes estão ativas, apresentaram seus PDIs vigentes no ano de 2015, e também são IES. Dentre dessas instituições há: Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) (1 IES); Colégio (1 IES); Fundação (19 IES); Universidade (37 IES); Instituto Federal (37 IES). Dentre os PDIs, o que possui maior tamanho é o do IF de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (687 páginas). O menor foi o da Fundação Universidade do Rio Grande (15 páginas). Somando os documentos, totalizou-se 16.659 páginas. Percebe-se, então, uma variação no tamanho dos PDIs, visto que a média aritmética do número de páginas foi de 175.

Desse modo, não há um padrão quanto ao tamanho dos PDIs. Na figura 1, são apresentados os períodos de vigência dos PDIs.

Em geral, o período de vigência mais comum é de 4 anos (76,84%), ou seja, há 73 PDIs com essa vigência. Esse prazo varia de 2 até 11 anos, conforme figura 1. O menor prazo é da UF do Sul e Sudeste do Pará. Já o prazo de 11 anos é da UF do Rio de Janeiro, com planejamento de 2009 a 2020. Esses dados contrariam o Decreto nº5.773/2006 que afirma que o PDI é elaborado para um período de 5 anos. Esse período é o segundo mais utilizado pelas IES, porém apenas 11 o utilizam. Na figura 2 são apresentados os períodos iniciais de vigência dos PDI.

Figura 2: Quantidade de PDI por início de vigência.

O PDI elaborado a mais tempo foi o da UF do Amazonas, que possui um PDI com vigência de 2006 a 2015. Percebe-se, pela figura 2, que o maior número de PDIs iniciaram em 2014 (44,21%). Esse resultado fica, em sua maior parte, por conta IFs. Dos 38 IF pesquisados, 32 publicaram em 2014. Na figura 3, são apresentados os períodos finais de vigência. Já o planejamento de mais longo prazo vai até o ano de 2024 e começou no ano de 2014. Esse planejamento foi registrado pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Das 95 IES pesquisadas, 37 (38,94%) possuem término de vigência em 2018, conforme figura 3. No mesmo sentido do que ocorreu com o prazo de início e o período de vigência dos PDI, os IFs contribuem para que 2018 seja o ano com maior término de vigência dos PDIs, pois dos 38 Institutos Federais, 28 (73,68%) possuem 2018 como prazo final.

Figura 3: Quantidade de PDI por fim de vigência.

Execução – Paineis de Compras de Governo (Comprasnet)

Buscou-se a quantidade de contratações públicas realizadas entre 2011 e 2016, constantes da tabela 2, que foi intitulada 'Quantidade de contratações públicas por ano'. Essas quantidades foram segregadas em

contratações 'sustentáveis' e 'não sustentáveis'. Além disso, calculou-se a representatividade de cada grupo em relação ao total de cada ano.

Tabela 2: Quantidade de contratações públicas por ano.

Anos	Sustentável		Não Sustentável		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2011	563	0,59%	95.360	99,41%	95.923
2012	577	0,64%	89.039	99,36%	89.616
2013	573	0,64%	89.483	99,36%	90.056
2014	454	0,56%	80.499	99,44%	80.953
2015	419	0,76%	54.678	99,24%	55.097
2016	417	0,73%	56.661	99,27%	57.078
Total	3.003	0,64%	465.720	99,36%	468.723

A tabela 2 evidencia que não há representatividade das contratações sustentáveis em relação ao total de cada ano e, conseqüentemente, no total geral. Em nenhum ano esse tipo de contratação superou 1%. No somatório dos anos foram realizadas 468.723 contratações, dessas 3.003 foram sustentáveis. O ano que mais foram feitas contratações sustentáveis foi 2012, porém ela possuiu maior representatividade no ano de 2015 (0,76%). No entanto, esses números ainda são pequenos. Observa-se, na figura 4, o comportamento das contratações totais e também das sustentáveis.

Figura 4: Comportamento das contratações totais e contratações sustentáveis.

Ao traçar uma linha de tendência no comportamento, conforme apresentado na Figura 04, observar-se que tanto o total de contratações como as contratações sustentáveis realizadas estão diminuindo. Na Tabela 03, apresenta-se as informações relativas a quanto se gastou de recursos com as contratações.

Tabela 3: Gastos totais das contratações públicas por ano.

Anos	Sustentável		Não Sustentável		Total
	R\$	%	R\$	%	Quantidade
2011	3.697.500	0,03%	10.812.007.656	99,97%	10.815.705.156
2012	6.423.015	0,03%	23.612.683.725	99,97%	23.619.106.740
2013	9.905.522	0,06%	16.556.079.382	99,94%	16.565.984.904
2014	12.188.439	0,03%	40.482.740.806	99,97%	40.494.929.245
2015	10.753.588	0,08%	13.081.715.416	99,92%	13.092.469.004
2016	9.928.699	0,13%	7.474.158.538	99,87%	7.484.087.237
Total	52.896.763	0,05%	112.019.385.522	99,95%	112.072.282.285

Da mesma maneira do que ocorreu em relação às quantidades de contratações realizadas, não há representatividade dos gastos sustentáveis em relação ao total de cada ano. Os gastos sustentáveis foram crescentes até 2014 (R\$12.188.439), quando obteve seu pico, porém em 2015 e 2016 esses valores caíram. Em relação a representatividade, 2015 (0,08%) e 2016 (0,13%) foram os anos que mais se gastou com

contratações sustentáveis em relação ao total gasto. No somatório de todos os anos, foram gastos R\$52.896.763 com contratos sustentáveis, todavia esse valor representou 0,05% do total. Observa-se o comportamento dos gastos, na figura 5, com contratações sustentáveis e seu valor total.

Figura 4: Comportamento dos gastos totais e sustentáveis das contratações.

O comportamento dos gastos totais e dos sustentáveis são semelhantes, todos os dois subiram de 2011 para 2012 e caíram de 2014 para 2015 e também de 2015 para 2016. A única diferença entre os dois demonstrados na Figura 04 foi a passagem do ano de 2012 para 2013, visto que os gastos totais decresceram e os gastos sustentáveis continuaram em uma linha ascendente. Em relação à análise dos dados das IES, verificou-se as 5 IES que mais apareceram entre as 3 primeiras quanto a quantidade – Quadro 05 - de contratações sustentáveis realizadas entre 2011 e 2016. No Quadro 6, verificou-se as 5 IES que mais apareceram entre as 3 primeiras quanto ao volume gasto com contratações sustentáveis realizadas de 2011 a 2016.

Quadro 5: Nº de vezes que apareceu no ‘top 3’ quanto ao número de contratações realizadas em cada ano.

IES	Número de Vezes
Universidade Federal do Rio De Janeiro	6
Universidade Federal de Viçosa	3
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul	3
Universidade Federal de Minas Gerais	2
Inst. Fed. de Educ., Cienc. e Tec. de São Paulo	1

Quadro 6: Nº de vezes que apareceu no ‘top 3’ quanto ao total gasto em cada ano.

IES	Número de Vezes
Universidade Federal do Rio De Janeiro	3
Inst. Fed. de Educ., Cienc. e Tec. de São Paulo	2
Fundação Universidade Federal de Rondônia	2
Universidade Federal de Viçosa	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1

Após análise dos quadros 5 e 6, verificou-se que 4 IES se repetem tanto na quantidade quanto no volume gasto (Universidade Federal do Rio De Janeiro; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal de Minas Gerais; Inst. Fed. de Educ. Cienc. Tec. de São Paulo). No entanto, há duas universidades que aparecem uma vez em cada tabela: Universidade Federal do Rio Grande Do Sul – Quadro 05; Fundação Universidade Federal de Rondônia – Quadro 06. Nesse sentido, analisou-se, ao todo, 6 PDIs quanto ao planejamento das contratações públicas sustentáveis, conforme consta no quadro 7.

Dentre as 6 IES analisadas, o Inst. Fed. de Educ. Cienc. Tec. de São Paulo (IFSP) é a única IES que apresenta planejamento relacionado às contratações sustentáveis. O PDI dessa instituição é o maior de todas

as 95 IES estudadas inicialmente e possui determinados planos sustentáveis como, por exemplo, o planejamento das obras do IFSP baseadas na IN 01/2010 do MPOG. As outras 5 IES que ficaram no top 3 de 2011 até 2016 em relação aos gastos e a quantidade de contratações sustentáveis realizadas não registraram esse planejamento sustentável em seu PDI vigente em 2015.

Quadro 7: Planejamento das contratações públicas sustentáveis pelas IES.

IES	Nº de página	Possui planejamento relacionado à contratação pública sustentável?
Fundação Universidade Federal de Rondônia	177	Não
Inst. Fed. de Educ. Cienc.Tec. de São Paulo	687	Sim
Universidade Federal de Minas Gerais	191	Não
Universidade Federal de Viçosa	114	Não
Universidade Federal do Rio De Janeiro	123	Não
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul	39	Não

CONCLUSÕES

O objetivo geral desse trabalho visou comparar as quantidades e os gastos relacionados às contratações sustentáveis das IES vinculadas ao MEC, dos anos de 2011 até 2016, com seus respectivos PDIs vigentes em 2015, sendo obtido em vários momentos desta pesquisa. Comparou-se as quantidades de contratações públicas por ano, constantes nos PDIs das Instituições de Ensino Superior, dentre 2011 até 2016, cujos resultados demonstraram que as IES aplicaram entre 0,59% a 0,75% dos recursos em contratações sustentáveis, e de 99,41% até 99,27% em contratações não sustentáveis.

Em termos de gastos totais das contratações públicas por ano, o trabalho demonstrou que entre 2011 até 2016, o percentual para os gastos sustentáveis manteve-se em 0,03%, enquanto para as contratações não sustentáveis manteve-se em 99,97%. Esses resultados demonstram não haver por parte das IES a preocupação nos gastos sustentáveis para as contratações, representando a princípio não haver entre as IES pesquisadas uma visão de sustentabilidade com relação ao uso dos recursos econômicos.

Utilizou algumas palavras-chaves para pesquisar os PDIs das IES cujo objetivo foi evidenciar se havia um planejamento nas IES a preocupação com as contratações públicas sustentáveis. Em função dessas palavras-chave, aliadas ao número de contratações realizadas por ano, e o total dos gastos por ano de cada IES, foi evidenciado as 6 Top, sendo elas: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Federal de Viçosa, Federal do Rio Grande do Sul, Federal de Minas Gerais, Fundação Universidade Federal de Rondônia, e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. A pesquisa evidenciou que apenas o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em seu PDI apresenta um planejamento com relação a contratação pública sustentável.

Como conclusão geral, pode-se afirmar que apesar de todas as instituições de ensino superior estarem obrigadas a publicarem seus PDIs, nos pareceu que isso ocorre para cumprir uma determinação legal, visto que com relação a contratações sustentáveis, das instituições analisadas uma pequena minoria apresenta algo em seus PDIs. Além disso, o estudo permite afirmar não haver um alto nível de preocupação com os gastos com contratações sustentáveis pelas instituições, pois na análise de 5 anos, o percentual das

contratações sustentáveis é de 0,03%, enquanto que as não sustentáveis representam a grande maioria (99,97%).

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, R.; MACEDO, L. S. V.; MONZONI, M.; MAZON, R.. **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRAMMER, S.; WALKER, H.. Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study. **International Journal of Operations & Production Management**, v.31, n.4, p.452-476, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/0144357111119551>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2014**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: DOU, 2014.

BRASIL. **Lei n.11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2008.

BRASIL. **Lei n.12349 de 15 de dezembro de 2010**. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Brasília: DOU, 2010.

BRASIL. **Lei n.8666 de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília: DOU, 1993.

BRASIL. **Medida Provisória n.495 de 19 de julho de 2010**. Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Brasília: DOU, 2010.

CARDOSO, L. L.; PFITSCHER, E. D.; ROVER, S.; FERREIRA, L. F.. Licitações Sustentáveis: uma análise das características das contratações sustentáveis na administração pública federal brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 23. **Anais**. Porto de Galinhas: ABC, 2016.

CORREA, A. C.; ERDMANN, R. H.; MELO, P. A. D.; RISSI, M.; TECCHIO, E.. Mapa Estratégico para as IES fundamentado em um Sistema de Gestão Integrado: uma proposta metodológica para a operacionalização do PDI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 8. **Anais**. Assunção: UTIC, 2008.

GARCIA, F. A.; RIBEIRO, L. C.. Licitações públicas sustentáveis. **Revista de Direito Administrativo**, v.260, p.231-254, 2012. DOI: <http://doi.org/10.12660/rda.v260.2012.8836>

GELDERMAN, C. J.; GHIJSEN, P. W.; BRUGMAN, M. J.. Public procurement and EU tendering directives: explaining non-compliance. **International Journal of Public Sector Management**, v.19, n.7, p.702-714, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513550610704716>

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAY, D. E.. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012

MCCRUDEN, C.. Using public procurement to achieve social outcomes. **Natural Resources Forum**, v.28, n.4, p.257-267, 2004. DOI: <http://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2004.00099.x>

POLIDORI, M. M.; ARAUJO, C. M.M.; BARREYRO, G. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p.425-436, 2006.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WALKER, H.; PHILLIPS, W.. Sustainable procurement: emerging issues. **International Journal of Procurement Management**, v.2, n.1, p.41-61, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJPM.2009.021729>

WALKER, H.; BRAMMER, S. C.. The relationship between sustainable procurement and e-procurement in the public sector. **International Journal of Production Economics**, v.140, n.1, p.256-268. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2012.01.008>